

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
– TESE DE DOUTORADO –**

**RAÇA E NAÇÃO EM DISPUTA: INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE ALTA  
CULTURA, 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA E O 1º CONGRESSO  
AFRO-BRASILEIRO (1934-1937)**

**MATEUS SILVA SKOLAUDE**

**ORIENTADOR: DR. MARÇAL DE MENEZES PAREDES**

**PORTO ALEGRE**

**2016**

**MATEUS SILVA SKOLAUDE**

**RAÇA E NAÇÃO EM DISPUTA: INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE ALTA  
CULTURA, 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA E O 1º CONGRESSO  
AFRO-BRASILEIRO (1934-1937)**

Tese apresentada como requisito para a obtenção do título de Doutor do Programa de Pós-Graduação em História apresentada à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientador: Dr. MARÇAL DE MENEZES  
PAREDES

**PORTO ALEGRE**

**2016**

S628r

Skolaude, Mateus Silva

Raça e nação em disputa: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura, 1ª Exposição Colonial Portuguesa e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934-1937) / Mateus Silva Skolaude. – 2016.

310 f. : il. ; 30 cm.

Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2016.

Orientação: Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes.

1. Raças. 2. Relações raciais. 3. Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. 4. Exposição Colonial Portuguesa (1.: 1934 : Porto). 5. Congresso Afro-Brasileiro (1.: 1934 : Recife). 6. Brasil - História. I. Paredes, Marçal de Menezes. II. Título.

MATEUS SILVA SKOLAUDE

**RAÇA E NAÇÃO EM DISPUTA: INSTITUTO LUSO-BRASILEIRO DE ALTA  
CULTURA, 1ª EXPOSIÇÃO COLONIAL PORTUGUESA E O 1º CONGRESSO  
AFRO-BRASILEIRO (1934-1937)**

Tese apresentada como requisito para a  
obtenção do título de Doutor do Programa de  
Pós-Graduação em História apresentada à  
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul.

Aprovada em: \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Marçal de Menezes Paredes (PUC-RS)

---

Prof. Dr. Matheus Silveira Lima (UESB)

---

Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz (UNICAMP)

---

Prof. Dr. Mozart Linhares da Silva (UNISC)

---

Prof. Dr. Tatyana Amaral Maia (PUC-RS)

**PORTO ALEGRE**

**2016**

*“Nós somos o outro do outro”*  
(SARAMAGO, 2014, p. 291)

*“No fundo, o português não era uma pessoa.  
Ele era uma raça que caminhava, solitária,  
nos atalhos de uma vila africana”*  
(COUTO, 2008, p. 117)

*“Sim...  
Bem sei que aprendi muito no seu país,  
justo no seu país  
porém no meu país  
senti tudo que quis  
Pois vi como vivem todas as flores,  
todas as dores  
sem distinção de cor  
o amor existe enfim  
mesmo ainda quando a luta  
do alto se escuta  
em uma só voz que diz  
somos todos irmãos”*  
(MAIA, Tim. *Meu país*, 1968)

## AGRADECIMENTOS

A tese aqui apresentada perpassa uma intensa caminhada que começou a ser trilhada no primeiro semestre de 2012 e que contou com a colaboração indispensável de algumas instituições, pesquisadores, profissionais, colegas e amigos. Neste sentido, espero neste curto espaço registrar um singelo reconhecimento a todos envolvidos.

Em primeiro lugar agradeço à Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) que me possibilitou cursar o doutorado em uma instituição reconhecida pela sua excelência em pesquisa, ensino, extensão, estrutura física e humana.

Sou extremamente grato a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa integral e pelo financiamento do estágio de Doutorado Sanduíche realizado em Portugal na Universidade de Coimbra, entre setembro de 2014 e fevereiro de 2015.

Agradeço as imprescindíveis críticas, sugestões e apontamentos feitas pelos componentes da banca constituída pelos professores Omar Thomaz (UNICAMP), Matheus Silveira Lima (UESB), Mozart Linhares da Silva (UNISC) e Tatiana Maia (PUC-RS).

Ao Programa de Pós-Graduação em História, agradeço aos docentes e aos comprometidos funcionários, em especial à secretária Carla Carvalho pela eficiência, simpatia e paciência com que sempre me atendeu. Também agradeço ao Prof. Bryan McCann pela oportunidade em cursar o fascinante tópico especial de Música Popular Brasileira e Cubana. Além destes, agradeço ao professor Leandro Pereira Gonçalves pelos indispensáveis contatos profissionais que me proporcionou em Portugal. Neste sentido, agradeço ao Prof. Rui Cunha Martins que gentilmente me recebeu em Portugal e contribuiu de forma significativa para a formatação desta pesquisa. Agradeço também a colaboração das secretárias do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX (CEIS 20) da Universidade de Coimbra.

Agradeço a Jennifer Thompson, bibliotecária na Universidade da Califórnia em Santa Bárbara (UCLA) que me auxiliou nas pesquisas quando da realização de um intercâmbio em Los Angeles (EUA), em julho de 2013. De igual forma agradeço as professoras Anadelia Romo e Isabel Morais pela generosidade com que atenderam aos meus pedidos.

Agradeço a colaboração dos funcionários da Fundação Gilberto Freyre (FGF), em nome da Coordenadora de Laboratório Jamille Barbosa. Em Recife, também sou profundamente grato a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), aos funcionários do setor de microfilmagem Marcondes Oliveira e Aluizio Cesar. No teatro Santa Isabel, agradeço ao Gustavo Soares.

No período de estágio em Portugal, algumas aproximações foram cruciais para o desfecho final do trabalho. Neste sentido, agradeço aos funcionários da Torre do Tombo, da

Biblioteca Nacional e do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sobretudo a Isabel Coelho pela predisposição em vasculhar muitas das pastas que solicitei. Agradeço aos professores Fernando Catroga, Augusto Nascimento, assim como as professoras Cláudia Castelo e Patrícia Matos pelas primordiais indicações. Agradeço aos debates com o Prof. Matheus Silveira Lima, meu xará baiano que estreitei uma valiosa amizade depois da realização do XII Congresso Luso-Afro-Brasileiro. Em Lisboa também tive um fraterno reencontro com o Professor Sílvio Marcus de Souza Correa a quem agradeço pelos prazerosos cafés e por me revelar muito do universo cultural lisboeta. Agradeço aos colegas do Curso Fábrica de Ideias e aos professores Lívio Sansone, Jamile Borges da Silva, Omar Thomaz, Elisio Macamo e Cláudio Furtado.

Aos amigos e colegas pesquisadores agradeço ao João Paulo, Andrius, Arilson, Diego, Geandra, Ialê (*in memoriam*), Sarah, Melina, Fernanda, Jaisson, Priscila, Rafael, Tomas, Rômulo, Cléber, Viviane, Marco Antônio e Marisa. Agradeço a Escola Educar-se, aos colegas professores e alunos que tem me proporcionado inúmeras realizações na prazerosa arte de educar e ser educado. Um importante registro de gratidão e estímulo devo aos ex-professor da graduação José Remedi. Ao Claudinho e ao Iuri, que desde 2004 são grandes parceiros na condução do GT de Promoção da Igualdade Racial. Agradeço ao amigo e irmão, João Paulo Reis Costa com quem muito aprendi e aprendo nesta parceria constituída desde o início da graduação, em 2002. Um agradecimento imprescindível devo a Betina, pela escuta profissional e o comprometimento humano com que sempre me acolheu. Agradeço aos sambistas Alcemiro e Lói, ao músico Vinícius Correa, ao poeta Tony Saad e ao interdisciplinar Augusto Brandt, este quinteto é responsável por me descortinar a vida para além do curriculum lattes.

Um agradecimento caloroso faço à minha companheira Débora Borsatti que esteve presente em todos os momentos desta trajetória, sobretudo nos mais difíceis demonstrou ser um porto seguro das minhas angústias. Agradeço pelo apoio incondicional e pelas inúmeras vezes em que teve que me ouvir falar de Gilberto Freyre e Mendes Correia.

Por fim, um reconhecimento especial presto ao meu orientador Prof. Marçal Paredes. Esta experiência comprovou-me que o doutoramento, não necessariamente, precisa produzir amarras e para além da relação profissional, orientador e orientando, constituímos uma consistente amizade. Agradeço muito ao estímulo e a forma propositiva com que foi conduzida a orientação, por uma via sempre aberta ao diálogo e a construção intelectual. Esta tese é fruto da confiança assegurada, dos caminhos apontados e dos desafios lançados ao longo destes quatro anos.

## RESUMO

A presente tese parte da coincidência de três eventos científico-políticos acontecidos em 1934 e que articularam relações intelectuais formadas por brasileiros e portugueses: o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (ILBAC), fundado no mês de junho no Rio de Janeiro, a 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1ª ECP), organizada entre os meses de junho e setembro na cidade do Porto e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), realizado em novembro na cidade do Recife. Tendo em vista a intensa circulação de ideias e o intercâmbio de letrados portugueses e brasileiros que se constituíam em referência científica nestes diferentes espaços, a tese toma com especial interesse a configuração de redes intelectuais articuladas em torno dos autores Mendes Correia e Gilberto Freyre para, a partir deles, analisar os debates raciais e nacionais mobilizados no âmbito dos três eventos estudados.

**Palavras chave:** Debates raciais e nacionais; Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura; 1ª Exposição Colonial Portuguesa; 1º Congresso Afro-Brasileiro.

## **ABSTRACT**

This thesis rises from the coincidence of three scientific and political events that happened in 1934, which established intellectual relationships between Brazilian and Portuguese: The Luso-Brazilian Institute of High Culture, founded in June in Rio de Janeiro, the First Portuguese Colonial Exhibition, occurred during the months of June to September in the city of Porto and the First Afro- Brazilian Congress, held in November in Recife. Considering the intense flow of ideas and the exchange of Portuguese and Brazilian literates who were being constituted as scientific reference in different areas, the thesis addresses special interest to the configuration of intellectual networks articulated around the authors Mendes Correia and Gilberto Freyre in order to analyze the racial and national debates mobilized within the three studied events.

**Keywords:** Racial and national debates; Luso-Brazilian Institute of High Culture; First Portuguese Colonial Exhibition; First Afro-Brazilian Congress.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Mendes Correia e sua esposa no momento da chegada ao Rio de Janeiro.....	58
Imagem 02 – Discurso de Afrânio Peixoto na sessão inaugural do ILBAC.....	68
Imagem 03 – Cartaz da Exposição Colonial Portuguesa em Paris, Fred Kradolfer, 1931..	119
Imagem 04 – Cartaz da Exposição Colonial Porto Junho 1934 em Ercílio de Azevedo, Porto 1934.....	121
Imagem 05 – Folheto de divulgação da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934...	129
Imagem 06 – Planta Geral da Primeira Exposição Colonial Portuguesa, 1934.....	129
Imagem 07 – Painel exposto na 1º ECP, 1934.....	130
Imagem 08 – Capa do Número Especial Comemorativo da 1º ECP - Boletim da Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro.....	138
Imagem 09 – Monumento ao Esforço Colonizador Português.....	141
Imagem 10 – Monumento aos portugueses mortos nos cinco continentes.....	141
Imagem 11 – Palácio das Colónias.....	141
Imagem 12 – Totalidade dos povos do Império do Oriente. Exposição Colonial Portuguesa. Malta, 1934.....	151
Imagem 13 – Totalidade dos povos do Império da África. Exposição Colonial Portuguesa. Malta, 1934.....	151
Imagem 14 – Eduardo Malta, <i>O Régulo Mamadú Sissé</i> , 1934.....	151
Imagem 15 – Eduardo Malta, <i>Abdulai Sissé</i> , 1934.....	152
Imagem 16 – Negra muito embora, portuguesa de lei, ei-la empunhando a bandeira verde rubro que domina todo o Império.....	154
Imagem 17 – Augusto - Capa do Jornal de Notícias.....	156
Imagem 18 – Augusto – Recordação da 1º Exposição Colonial.....	156
Imagem 19 – Criança Bijagóz – Indígena da Colônia da Guiné.....	157
Imagem 20 – Amélia Rey Colaço no Teatro Gil Vicente na Exposição Colonial do Porto carregando ao colo o menino guineense Augusto.....	157
Imagem 21 – Homem Bijagós – Indígenas da colônia da Guiné.....	160
Imagem 22 – Dois belos tipos negros que vieram para a Exposição.....	160
Imagem 23 – Fotografia original de Rosinha.....	162

Imagem 24 – Cartão Postal de Rosinha.....	162
Imagem 25 – Selo de Almada Negreiros. Casa da Moeda 1934.....	163
Imagem 26 – Eduardo Malta, retrato da Rosinha.....	164
Imagem 27 – Escultura em pedra negra. Branca do Nascimento Alarcão. Museu Etnográfico do Porto.....	165
Imagem 28 – “Maria Rita farta de ouvir elogiar a Rosinha, apresenta ao ilustre organizador da exposição”.....	166
Imagem 29 – Publicidade dos Armazéns Cunhas.....	167
Imagem 30 – Capa da Revista <i>Civilização</i> .....	167
Imagem 31 – Tronos efêmeros: Rainhas Negras – Pebléias Rainhas.....	171
Imagem 32 – DIAS, Cícero. Cartaz do 1º CAB.....	190
Imagem 33 – Homenagem a Nina Rodrigues.....	204

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

1º CAB - 1º Congresso Afro-Brasileiro

1º CNAC - 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial

1ª ECP – 1ª Exposição Colonial Portuguesa

2º CAB - 2º Congresso Afro-Brasileiro

3º CAB - 3º Congresso Afro-Brasileiro

AIB - Ação Integralista Brasileira

ANL - Aliança Nacional Libertadora

ETN - Estatuto do Trabalho Nacional

EUA - Estados Unidos da América

FNB - Frente Negra Brasileira

FNP - Frente Negra Pelotense

FGF - Fundação Gilberto Freyre

FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco

ILBAC - Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura

JDP - Jornal Diário de Pernambuco

MNU - Movimento Negro Unificado

PCB - Partido Comunista Brasileiro

RS - Rio Grande do Sul

SPAEE - Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia

SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

TEN - Teatro Experimental Negro

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1.</b>	
<b>1. “Uma nau que para o bem da raça a ser lançada ao mar da cultura”: Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (1934-1937).....</b>	<b>37</b>
1.1 Mendes Correia e a inauguração do ILBAC.....	43
1.2 “ <i>Etnogenia Brasílica</i> ”: Mendes Correia e a alteridade luso-brasileira.....	50
1.3 Aproximações políticas e projetos intelectuais.....	58
1.3.1 Mendes Correia no 1º Congresso Nacional de Identificação: Afrânio Peixoto e Leonídio Ribeiro.....	65
1.4 Gilberto Freyre em Portugal.....	70
1.4.1 “ <i>Lusotropicalismo</i> ”: Gilberto Freyre e a alteridade luso-brasileira.....	86
<b>Capítulo 2.</b>	
<b>2. “Negra muito embora, portuguesa de lei”: Império, nação e raça na 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1934).....</b>	<b>106</b>
2.1 O Estado Novo e a política do Império Colonial.....	107
2.2 “ <i>Portugal não é um país pequeno</i> ”: 1º Exposição Colonial Portuguesa (1934).....	117
2.2.1 Carta aos sobrinhos: uma proposta pedagógica para as novas gerações.....	131
2.2.2 1º Exposição Colonial Portuguesa no Brasil: Boletim especial da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro.....	135
2.2.3 Meios de comunicação: A perspectiva visual a serviço da propaganda colonial.....	148
2.2.4 Fotografia e exotismo das populações coloniais.....	153
2.2.5 Rosinha: “ <i>O Sucesso da Exposição de 1934</i> ”.....	161
2.2.6 Rainhas Negras e Pebléias Rainhas.....	169
2.2.7 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial: Mendes Correia e a “Escola de Antropologia do Porto”.....	172

### Capítulo 3.

<b>3. 1º Congresso Afro-Brasileiro (1934): O primogênito de “Casa Grande &amp; Senzala?” .....</b>	<b>185</b>
3.1 O 1º CAB e a mobilização historiográfica .....	186
3.2 O 1º CAB nos periódicos pernambucanos.....	186
3.2.1 Gilberto Freyre e o 1º CAB a serviço do comunismo?.....	196
3.3 Um espaço a ser demarcado: Prefácios em disputa (Roquette-Pinto x Arthur Ramos).....	199
3.3.1 Escola Pernambucana x Escola Baiana: Um “round” a mais nas disputas sobre a primazia dos estudos afro-brasileiros.....	206
3.4 Médicos e psiquiatras: Controvérsias interpretativas sobre a presença negra e mestiça na formação do Brasil.....	211
3.4.1 Leonídio Ribeiro e a biotypologia do negro criminoso.....	226
3.5 Um ilustre convidado: Melville Herskovits.....	233
3.6 Escravidão, Quilombo dos Palmares, Sexualidade e Abolicionismo.....	235
3.7 O Materialismo Histórico e o negro brasileiro: A escravidão e a proletarização....	239
3.8 Dimensões folclóricas da cultura afro-brasileira: Religiosidade, literatura, música e pintura.....	247
3.9 Participação dos Movimentos Sociais: Frente Negra Pelotense no 1º CAB.....	258
3.10 “Um movimento da maior importância para a vida e para a cultura do Brasil”: Gilberto Freyre e o 1º CAB.....	263
3.11 1º CAB em Portugal: Nuno Simões e as relações luso-brasileiras.....	266
<b>Considerações Finais .....</b>	<b>273</b>
<b>REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>286</b>

## Introdução

Esta tese parte da coincidência de três eventos científico-políticos acontecidos em 1934 e que mobilizaram intensamente redes intelectuais<sup>1</sup> formadas por brasileiros e portugueses: o Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura (ILBAC), fundado no dia 15 de junho no Rio de Janeiro, a 1ª Exposição Colonial Portuguesa (1ª ECP), organizada entre os meses de julho e setembro na cidade do Porto e o 1º Congresso Afro-Brasileiro (1º CAB), realizado no Recife em novembro do mesmo ano. Em todos estes fóruns as narrativas de raça e nação estruturaram os debates.

Neste âmbito, o estudo assume diferentes escalas<sup>2</sup> de referência identitária, ao passo que a articulação do objeto de pesquisa perpassa três eventos de natureza distintas: uma política diplomática de caráter acadêmico, uma exposição colonial de caráter oficial e um congresso acadêmico-cultural não oficialista. Considerada esta formatação, cumpre destacar que os documentos estão desierarquizados, ou seja, não estamos preocupados em pensar o discurso diplomático, oficial e estatal diferentemente dos discursos dos movimentos sociais, culturais e acadêmicos. A questão central a ser enfrentada aqui, diz respeito à mobilização da história como mecanismo de demarcação identitária e de narrativa comum às culturas de Portugal e Brasil, tendo em vista a emergência das narrativas raciais e nacionais que atravessam estes três eventos.

Em todas estas ocasiões as relações luso-brasileiras<sup>3</sup> foram mobilizadas, seja de forma oficial na permuta acadêmica seja, sobretudo, na maneira como a história colonial e as compreensões acerca do caráter das referidas nações foram articulados. Em todos estes âmbitos, manifestaram-se as linhas mestras do contexto teórico disponível naquela época: do neo-lamarckismo à eugenia negativa, do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre

---

<sup>1</sup> A concepção de “redes intelectuais” segue os mesmos pressupostos definidos por John Pocock no conceito de “comunidade argumentativa”, de modo que se considera o espaço formado por um grupo de atores que compartilham um “vocabulário”, uma “retórica e um conjunto de usos” que articulam propósitos políticos, identitários e, por vezes, ideológicos (POCOCK, 2003, p. 63-83).

<sup>2</sup> A perspectiva de escala constitui-se enquanto uma categoria estrutural nesta tese, ao passo que através desta operação historiográfica de natureza metodológica instrumentaliza-se o uso da escala a partir de diferentes níveis, desde o mais local até o mais global, ver: (REVEL, 2010).

<sup>3</sup> A perspectiva de escala coloca o problema do relacionamento “luso-brasileiro” em termos de configuração, ou seja, a escala de análise perpassa uma perspectiva nacional e outra dimensão transnacional (PAREDES, 2013, p. 16-119).

à etnogenia brasílica de Mendes Corrêa. No ILBAC, a centralidade destas questões fica já manifesta pela fala do embaixador português, Martinho Nobre de Mello, que dizia ser o Instituto “*uma nau que para o bem da raça a ser lançada ao mar da cultura*”. Através dos objetivos de incremento do intercâmbio luso-brasileiro, percebe-se que sua fundação buscava salvaguardar o lugar de Portugal no Brasil e vice-versa. Tratava-se de, no mar da cultura, manter o vínculo luso-brasileiro.

Por sua vez, a organização da 1ª Exposição Colonial do Porto simbolizava a estruturação do projeto colonialista português, de maneira atrelada ao nacionalismo lusitano, e com forte pendor eugenista. Neste ponto, chama-se atenção para a referência brasileira como exemplo positivo, bem como para o papel da Sociedade Luso-Africana sediada no Rio de Janeiro. Como se vê, também aqui a referencialidade luso-brasileira era importante para avalizar o colonialismo luso-africano. Vale ainda atentar para esta dimensão no 1º Congresso Afro-Brasileiro do Recife. A mobilização do papel africano na identidade nacional brasileira reconfigurava o lastro lusitano no Brasil bem como interpelava também seu “caráter” colonizador. Para além desta faceta, chama atenção a recepção portuguesa do congresso, sobretudo na figura do jornalista Nuno Simões (que contrapôs os desdobramentos do 1º CAB à 1ª ECP). Tudo isto somado, ficam evidentes as reentrâncias intelectuais, a dispersão e o debate de conceitos, as mobilizações e a centralidade das compreensões em torno da raça e da nação, seja em torno da escala luso-brasileira propriamente dita, da luso-africana (com referência brasileira), e da afro-brasileira (com referência portuguesa).

Neste contexto insere-se a instrumentalização do ILBAC, que buscava estimular o intercâmbio de intelectuais encarregados de ministrarem cursos e conferências nos dois países. A partir da articulação deste órgão, o antropólogo português Mendes Correia por duas vezes veio ao Brasil sendo a primeira vez na inauguração do instituto em 1934 e novamente em 1937. Da mesma forma, o escritor brasileiro Gilberto Freyre foi a Portugal, em 1937. Ao atravessarem o atlântico, estes pensadores proferiram palestras, concederam entrevistas, aproximaram contatos e produziram trabalhos a partir de diferentes concepções epistemológicas.

Não por acaso, a pesquisa toma com especial interesse a participação de Mendes Correia e Gilberto Freyre na articulação do ILBAC, tendo em vista a configuração de redes intelectuais articuladas em torno destes pensadores. Na tentativa de compreender

de que forma estes autores<sup>4</sup> e seus interlocutores mobilizavam a raça e o dispositivo nacional<sup>5</sup>, assim como, de que modo estes discursos tornaram-se uma prerrogativa central nos debates científicos e nas narrativas formadoras de um novo caráter identitário nos dois lados do atlântico, também deslocamos para as escalas nacionais o procedimento de análise. Para isso, circunscrevemos dois eventos ocorridos com objetivos semelhantes, isto é, a 1ª ECP realizada entre 15 de junho e 30 de setembro na cidade do Porto, assim como, o 1º CAB realizado na cidade do Recife, entre os dias 11 e 16 de novembro.

A pesquisa não tem como pretensão dar conta da pluralidade das relações em curso, mas vai focar prioritariamente as disputas dos respectivos projetos nacionais. Esta operação constitui, mais propriamente, uma via de mão dupla, uma vez que rearticula a memória portuguesa em relação ao Brasil e, ao mesmo tempo, a memória brasileira em relação a Portugal. No caso português, a ex-colônia crescida, rica e emancipada é o exemplo a ser seguido pela nova política imperial nos territórios ultramarinos. No caso brasileiro, a busca por uma nova origem africana, reconfigura o lugar da velha procedência portuguesa na formação identitária nacional.

Em outras palavras, trata-se aqui de perceber no contexto de 1934 a 1937, o debate sobre a questão da origem histórica da nação através das narrativas raciais. Por um lado,

---

<sup>4</sup> Conforme Michel Foucault, as noções de “autor” e de “autoria”, ao pressuporem um autor em pleno controle de um significado coerente e unificado, puro produto de sua intenção, impedem que se preste atenção aos processos pelos quais qualquer texto é o resultado de uma estrutura intertextual. Foucault propõe que se substitua a noção de “autor” pela de “função autor”, ao passo que com essa expressão, Foucault quer assinalar o fato de que o “autor” não é uma propriedade individual, mas uma relação social pelo qual uma “obra” é atribuída a um autor. A “função-autor” depende dos sistemas jurídicos e institucionais que definem o universo dos discursos que permitem a individualização da autoria. Posto isso, a “função autor” é, assim, característica do modo de existência, de circulação e de funcionamento de alguns discursos no interior de uma sociedade (FOUCAULT, 2002, p. 56-57).

<sup>5</sup> Durval Muniz de Albuquerque Jr. desenvolve o conceito denominado de “dispositivo das nacionalidades”, ou seja, “o conjunto de regras anônimas que passa a reger práticas e os discursos no Ocidente desde o final do século XVII e que impunha aos homens a necessidade de ter uma nação, de superar suas vinculações localistas, de se identificarem com um espaço e um território imaginário delimitado por fronteiras instituídas historicamente ou mesmo artificialmente. Este dispositivo faz vir à tona a procura de símbolos, que preencham esta ideia de nação, que a tornem visível, que a traduzam para todo o povo. Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se institui neste momento, pudesse representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significa a generalização de sua hegemonia”. Desse modo, o autor debate os conceitos de região e nação no âmbito da luta por hegemonia no discurso nacionalista, tendo em vista a invenção do nordeste enquanto um cruzamento de práticas e discursos articulados a partir da década de 1920 (2011, p. 61). Neste estudo, tomamos o dispositivo racial e nacional enquanto uma categorial central que envolve um conjunto heterogêneo de elementos, como documentos oficiais, fotografias, discursos jornalísticos e acadêmicos que podem ser entendidos como um conjunto de saberes e de estratégias de poder que atuam no processo de subjetivação dos indivíduos em relação a raça e a formação de identidades nacionais. Logo, analisamos a configuração do dispositivo racial em diferentes escalas de referência identitária, ou seja, em escala regional e nacional, assim como, em nível nacional e transnacional.

em Portugal existia um colonialismo com pretensões nacionalistas e que pensava o exemplo brasileiro como referência nas colônias, sobretudo, na África. Por outro, no Brasil havia um nacionalismo que mobilizava componentes internacionais para com a África e para com Portugal, de modo que afirmava o contributo africano enquanto fator de civilização e discutia a origem portuguesa, uma vez que concebia a singularidade do português enquanto povo propenso a miscigenação.

Tratadas nesses termos, percebe-se que as narrativas raciais e nacionais configuram-se enquanto elementos estruturais na tese, ao passo que pressupostos científicos como a “eugenia”, a “etnologia”, a “etnogenia” e a “biotipologia” embora pensados no escopo da administração da população nacional, tem efeitos de fronteira<sup>6</sup> no que concerne a intensa circulação de ideias, bem como no redimensionamento das correntes teóricas mobilizadas em escala luso-brasileira.

Ao tomarmos como recurso metodológico dois eventos organizados em suas fronteiras nacionais, formatados quase ao mesmo tempo e que, em certa medida, se constituíram pelos mesmos objetivos e problemáticas, demarca-se com especial interesse a “escala luso-brasileira” do debate, isto é, a perspectiva transnacional implica em cada uma das escalas de referência nacional. Se por um lado, a 1ª ECP tem desdobramentos importantes no Brasil, por conta de um número especial da revista da Sociedade Luso-Africana sediada no Rio de Janeiro, por outro lado, a organização do 1º CAB também foi objeto de reflexão em Portugal, tendo em vista a publicação de dois artigos pelo intelectual Nuno Simões no Jornal “*Primeiro de Janeiro*” da cidade do Porto.

A 1ª ECP foi financiada pelo Estado Novo português e articulada por pensadores fortemente ligados ao regime, de modo que discutir a nação do ponto de vista ideológico, representava também discutir o império. A partir da promulgação do Ato Colonial, em 1930 e o advento do novo regime, em 1933, a razão de ser de Portugal se traduzirá na referência simbólica de legitimação do espaço colonial, ao passo que abrir mão do império colocaria em risco a constituição da própria nação. Diante disso, em 1934 os ideólogos do governo sob inspiração da Exposição Colonial de Paris de 1931, organizaram a primeira das suas grandes exposições.

---

<sup>6</sup> A perspectiva metodológica que assumimos aqui, parte do pressuposto de não limitarmos o entendimento da fronteira enquanto limite, mas, antes, por ativar as invisibilidades igualmente residentes na configuração fronteiriça. Sobre o conceito de fronteira, ver: (MARTINS, 2008; 2012).

Destinada a propagandear o Estado Novo como um regime moderno num Portugal que dava “*novos mundos ao mundo*”, a exposição foi organizada a partir de uma ampla e diversificada programação, sobretudo, a que recebeu maior atenção da imprensa e do público metropolitano, isto é, a estruturação de um zoológico humano constituído de aldeias indígenas onde procurava-se recriar o universo cultural dos grupos oriundos das diferentes colônias. A partir deste evento, o antropólogo portuense Mendes Correia se consolidaria como um dos mais importantes intelectuais do salazarismo e marcaria decisivamente a orientação do pensamento político lusitano, pelo menos até a primeira metade do século XX<sup>7</sup>.

O congresso brasileiro, por sua vez, foi organizado pelo intelectual Gilberto Freyre, um ano depois do lançamento do livro “*Casa Grande & Senzala*”<sup>8</sup> e diferentemente da exposição portuguesa, não contou diretamente com apoio estatal e também não rendeu a projeção pessoal que Freyre almejava. Neste período, o Brasil ainda era uma jovem República sem tradição universitária e o 1º CAB constituiu-se num encontro impulsionador de uma heterogênea discussão cultural e política que atravessou a década de 1920.

Um dos embates presentes no 1º CAB e que configura a escala regional e nacional da pesquisa, está relacionado à rivalidade dos prefácios publicados nos dois anais do evento, ou seja, os textos de Roquette-Pinto e Arthur Ramos transparecem a disputa de poder acerca da primazia dos estudos afro-brasileiros. A natureza ideológica dos prefácios, assim como, o debate jornalístico articulado pelos intelectuais representantes das escolas pernambucana e baiana, indicam um espaço contestado entre duas correntes em constante tensão, de negação ou valorização histórica das pesquisas do médico Nina Rodrigues na busca de afirmação nacional das narrativas raciais do negro e da cultura africana no Brasil.

---

<sup>7</sup> Para um exame sobre a vida e a obra de Mendes Correia, assim como o papel desempenhado por ele enquanto principal expoente da Escola de Antropologia do Porto na primeira metade do século XX, ver: (MATOS, 2012a).

<sup>8</sup> A publicação de *Casa Grande & Senzala* em 1933, tornou-se uma obra de referência nacional rompendo com o determinismo biológico e positivando o hibridismo cultural enquanto elemento definidor da identidade brasileira. Até este momento, as concepções alicerçadas na inferioridade do negro e do mestiço brasileiro, tornavam quase que inviável constituir um sentimento de nação, dada a vergonha associada ao caráter racial. A questão central a ser enfrentada era inverter a lógica interpretativa, ou seja, criar um novo paradigma em relação ao “*problema brasileiro*” que, até então, se constituía na mestiçagem. Desta forma, Gilberto Freyre ao romper com as concepções científicas tradicionais, ofereceu um instrumento pedagógico consistente para o projeto nacionalista do governo (VIANNA, 2002, p. 79).

O papel intelectual assumido por Roquette-Pinto, configura uma outra dimensão do debate articulado em escala luso-brasileira e que, em certa medida, mesmo que por caminhos opostos, aproximava Mendes Correia de Gilberto Freyre<sup>9</sup>, uma vez que ambos reconheciam enquanto uma importante referência intelectual o antropólogo brasileiro. Correia, em muitos dos seus trabalhos sobre a mestiçagem nas colônias portuguesas, valeu-se dos procedimentos científicos implementados por Roquette-Pinto, inclusive nas duas pesquisas apresentadas no 1º Congresso Nacional de Antropologia Colonial (1º CNAC). Gilberto Freyre, por sua vez, teve em Roquette-Pinto um fundamental apoiador e interlocutor no 1º CAB. Reconhecido enquanto Franz Boas brasileiro, por conta da influência que exerceu sobre o pensamento do escritor pernambucano, Freyre desde as primeiras publicações referendou-o como um dos maiores cientistas do Brasil<sup>10</sup>.

O encontro do Recife também representou um espaço central para o intercâmbio de ideias e ofereceu instrumentos poderosos para a construção das narrativas raciais e nacionais, uma vez que o congresso contou com a participação de importantes atores sociais, vinculados aos mais diversos segmentos, como modernistas e regionalistas<sup>11</sup>. Além destes, outra categoria com participação de destaque no 1º CAB foram os médicos

---

<sup>9</sup> Um importante estudo sobre as relações luso-brasileiras e a perspectiva racial e nacional mobilizada pelos autores Mendes Correia e Gilberto Freyre, ver: (RAMOS, 2001)

<sup>10</sup> Na apresentação do livro *“Casa Grande & Senzala”*, Freyre menciona a memória de uma experiência vivida no Brooklyn, quando ainda era estudante nos Estados Unidos. Na ocasião, o jovem escritor teria avistado um grupo de marinheiros brasileiros *“mulatos e cafuzos”*, que segundo ele: se assemelhavam a *“caricaturas de homens”*. Diante disso, recorreu à personalidade do *“mais importante antropólogo brasileiro”* ao afirmar a sua defesa da mestiçagem: *“Faltou-me quem me dissesse então, como em 1929 Roquette-Pinto aos arianista do Congresso Brasileiro de Eugenia, que não eram simplesmente mulatos ou cafuzos os indivíduos que eu julgava representarem o Brasil, mas cafuzos e mulatos doentes”* (FREYRE, 2006, p. 31).

<sup>11</sup> Os dois movimentos políticos e culturais defendiam que as doutrinas importadas deveriam ser substituídas por uma análise mais aprofundada da realidade brasileira, ou seja, os intelectuais modernistas de São Paulo e regionalistas do Nordeste, que em tese nutriam posições em certo sentido opostas, mas que foram fundamentais na perspectiva da promoção de ideais particularmente nacionalistas. Neste caso, o grupo de Gilberto Freyre no Recife pode ser comparado com o grupo do escritor Mario de Andrade, em São Paulo. O grupo deste último é associado ao modernismo e especialmente à famosa Semana de Arte Moderna, uma semana de atividades culturais no Teatro Municipal de São Paulo, em 1922. Freyre, por sua vez, desempenhou papel fundamental no movimento regionalista, fundando o Centro Regionalista do Nordeste, em 1924 e organizando o 1º Congresso Regionalista do Nordeste, em 1926 (BURKE, 2009, p. 69). Deste encontro foi produzido o texto que ficou conhecido como Manifesto Regionalista que priorizava dois temas, isto é, *“a defesa da região enquanto unidade de organização nacional e a conservação dos valores regionais e tradicionais do Brasil, em geral, e do Nordeste, em particular”*. Nesse caso, o que este documento propõe *“é que o único modo de ser nacional no Brasil é ser primeiro regional”*. Guardadas as proporções, é justamente a mesma percepção que chegaram os modernistas, qual seja: *“a única maneira de ser universal é ser nacional antes”* (OLIVEN, 2001, p. 06). A participação de ambos os seguimentos no 1º CAB, em 1934, deu mostras desta relação entre o nacional e o regional, ou seja, a identidade e a cultura negra e mestiça no Brasil seriam objeto de interesse tanto de modernistas como de regionalistas. De um lado a representação do centro do país com Mário de Andrade, Di Cavalcanti, Lasar Segall, Cândido Portinari, Ernani Braga e de outro, com artistas de expressão regional, como Cícero Dias, José Lins do Rego, Luís Jardim, Manoel Bandeira e Jorge Amado.

e psiquiatras adeptos dos pressupostos eugênicos que estabeleceram suas divergentes matrizes interpretativas acerca da raça<sup>12</sup> e da miscigenação.

Muito do debate propagado no 1º CAB ou do que foi publicado nos anais do congresso, fora desdobramento das ideias defendidas por estes pensadores alguns anos antes no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia<sup>13</sup>. As disputas travadas neste espaço, em certa medida, indicaram os rumos políticos que o movimento eugênico brasileiro tomou nos próximos anos, uma vez que dessas divergências ideológicas surgiram concepções polêmicas que em muito contribuíram para fomentar não somente o movimento eugênico como o próprio pensamento social brasileiro.

Em linhas gerais, o início da década de 1930 teve como característica o confronto de duas correntes de pensamentos distintas. Por um lado, pensadores como Roquette-Pinto e Gilberto Freyre que, sobre a influência do culturalismo do antropólogo Franz Boaz, enfatizavam que o problema que assolava o homem brasileiro não deveria ser atribuído à miscigenação, ressaltando que a diversidade racial e cultural existente no Brasil contribuía para aumentar a harmonia e a singularidade da civilização nacional. Por outro, um grupo de eugenistas manifestava sua admiração à “eugenia negativa” propagada nos Estados Unidos e na Alemanha<sup>14</sup>. Esses pensadores ganharam força com

---

<sup>12</sup> Conforme Lívio Sansone (2014), o conceito de raça reflete uma longa e complexa história e que vem conhecendo profundas transformações e ressemantizações. Em torno desta categoria há muita polifonia: entre países, escolas nacionais de pensamento social, entre épocas, entre camadas sociais e como resultado do trânsito deste termo entre o culto e o popular, além de seu trânsito horizontal entre contextos e vertical no tempo. Por apelar à natureza e pela própria força intrínseca do pensamento racial e do racismo, o termo raça é, por definição, um termo em trânsito entre o analítico e o nativo, o erudito e o popular, o nacional e transnacional. Portanto, trata-se de um termo que para muitos deveria ser banido, ao passo que não apresenta fundamento biológico e conseqüentemente, científico, mas que continua sendo usado, tendo em vista sua construção social e histórica.

<sup>13</sup> Realizado entre os dias 30 de junho e 7 de julho de 1929 na cidade do Rio de Janeiro, o congresso estava inserido nas comemorações do Centenário da Academia Nacional de Medicina e contou com a presença de importantes personagens do cenário político, médico, jornalístico e intelectual do país. Na oportunidade foram expostas diferentes concepções do movimento eugênico brasileiro e diversos temas foram debatidos como: casamento e eugenia; educação eugênica; tipos raciais e eugenia; imigração; campanhas antivenéreas, tóxicos e eugenia; tratamento de doentes mentais; educação sexual e outros. O encontro teve como característica um forte embate em que se evidenciaram as diferentes concepções presentes em torno dos fundamentos científicos da eugenia, sobretudo, das divergências acerca da temática da miscigenação. O Congresso foi presidido pelo antropólogo Roquette-Pinto e teve como secretário geral o médico Renato Kehl (STEPAN, 2005, p. 60).

<sup>14</sup> “Ao contrário dos Estados Unidos, a eugenia na Alemanha teve vida mais curta, ainda que mais intensa. Apesar de normalmente associada à ascensão de Hitler ao poder em 1933, não é verdadeiro dizer que na Alemanha a doutrina esteve exclusivamente associada à ideologia nazista. Acredita-se que, mesmo sem o Führer, as leis de esterilização teriam sido implantadas no país. Aliás, a lei de 1933 que legalizou a prática foi inspirada na legislação da Califórnia, o estado que mais esterilizou nos Estados Unidos. É verdade, no entanto, que sob o nacional-socialismo a prática assumiu sua faceta mais radical. Centenas de milhares de pessoas foram esterilizadas compulsoriamente e mais de 6 milhões perderam a vida em nome da higiene da

a criação da Comissão Central Brasileira de Eugenia, fundada em 1931 por Renato Kehl e Belisario Penna, que contava ainda com o apoio de importantes letrados, como Oliveira Viana (SOUZA, 2012, p. 15-18).

No caso português, os debates em torno da eugenia como suporte para a redenção das raças nacionais, também se fizera presente, porém, esta ação assim como no Brasil, não se traduziu na implementação de medidas radicais, como a esterilização e a eliminação de recém nascidos. Entre as décadas de 1920 e 1940 foi através do aporte eugenista que se constituiu a mobilização acerca dos dispositivos raciais e nacionais, uma vez que seu maior expoente na área foi o antropólogo Mendes Correia. O intelectual brasileiro, Oliveira Viana era um profundo conhecedor do estudos antropológicos realizados em Portugal e afirmava-se um admirador confesso do antropólogo portenho. Mendes Correia considerava de alto interesse nacional e científico para o país, os institutos de biologia racial e a organização de congressos para o estudo das ciências da população. Neste caso, partilhava dos exemplos propagados na Itália, na Suécia e na Alemanha (RAMOS, 2001, p. 395-397).

Considerada esta condição, é importante perceber a referência alemã do debate proposto em escala luso-brasileira, ou seja, em 1932 Renato Kehl a convite de Mendes Correia proferiu uma aula inaugural na Universidade do Porto com o título: “*Política eugénica*”. Em 1934, Kehl retribuiu a gentileza ao receber Mendes Correia em sua casa, quando da primeira passagem do antropólogo portuense pelo Brasil. Renato Kehl tinha conhecimento da política eugênica estabelecida na Alemanha e nutria simpatia pelas ideias autoritárias e totalitárias do nazismo. Em carta endereçada ao intelectual Oliveira Vianna, no dia 25 de julho de 1937, o médico deixou registrado esse sentimento: “*Percorri uma parte da Suíça e agora depois de viajar pelo sul da Alemanha, instalei-me em Berlim, onde estou observando os magníficos progressos do III Reich*” (SANTOS, 2009 p.11).

Alia-se a isto, o impacto nas imprensas lusitana e brasileira da política ideológica de cunho imperialista e eugênico estabelecida pelos nazistas na Alemanha. No dia 04 de agosto de 1934 o jornal português “*Diário de Notícias*” trazia em primeira mão a seguinte manchete: “*Hitler na presidência do Reich: causa o espanto do Mundo inteiro*”. A

---

raça. Estima-se que mais de 1.700 tribunais, entre 1934 e 1945, aprovaram cerca de 400 mil esterilizações em território nazista” (DIWAN, 2007, p. 01).

epígrafe do periódico lisboeta caracteriza o cenário de tensão da primeira metade da década de 1930, tendo em vista o avanço de regimes políticos totalitários na Europa<sup>15</sup>. Algo semelhante se verifica no periódico paulista “*Folha da Noite*” que em uma de suas manchetes do dia 12 de novembro de 1934, trazia a seguinte chamada: “*A Lei de esterilização está em plena execução na Alemanha*”. Outro importante exemplo pode ser analisado a partir de um extenso artigo publicado na capa do “*Jornal Diário de Pernambuco*” (JDP) do dia 18 de novembro de 1934, de autoria do filósofo alemão Oswald Spengler<sup>16</sup> sob o título de: “*A Primeira Grande Victoria das Raças de Cor*”.

“A Civilização Ocidental deste século esta ameaçada, não por uma, mas por duas revoluções mundiais de enormes dimensões. Uma vem de baixo e a outra de fora: ‘guerra de classe e guerra de raça’. (...) A humanidade branca se disseminou por todos os cantos, na sua avidez de distancias infinitas: pelas Américas, África do Sul, Austrália e numerosos pontos estratégicos intermediários. A ameaça Amarella – Parda – Negra – Vermelha espreita de dentro do próprio campo de acção dos brancos. Ella penetra e participa dos tratos e destratos militares e revolucionários das potencias brancas e ameaças de um dia evocar a si as decisões. Quem então está compreendido nesse mundo ‘de côr’? Não somente a África, as Índias, como também os negros e mestiços de toda a América (...). A Guerra Mundial foi a derrota das raças brancas e a Paz de 1918 constituiu o primeiro grande triumpho das raças de côr<sup>17</sup>. (...) Não foi a Alemanha que perdeu a Guerra Mundial: perdeu-a o Ocidente quando as raças de côr deixaram de respeita-lo. (...). As nações brancas que governavam abdicaram de sua antiga primazia. Negociavam agora, onde outrora comandavam. (...). Essa generalizada revolução “de côr” em todo orbe obedece a varias tendências que podem ser nacionais, econômicas ou sociaes. (...) em toda parte, sempre a mesma causa: ódio a raça branca e uma incondicional determinação de destruí-la. As raças de côr existentes no mundo até agora têm sido numericamente, duas vezes mais forte do que a raça branca. (...) A batalha pela posse do planeta está iniciada. O pacifismo do século do Liberalismo deve ser vencido se quisermos continuar a viver. As raças de côr ‘não’ são pacifistas. Elas não se apegam a uma vida cujo único valor é a extenção. Houve tempo em que ellas temeram o homem branco. Agora desprezam-no”.

<sup>15</sup> A filósofa Hannah Arendt (1989) ao analisar as origens do totalitarismo moderno, considera o sistema como uma nova forma de governo baseada na organização burocrática das massas e na ideologia estatal.

<sup>16</sup> Oswald Spengler (1880-1936), filho de família burguesa, estudou e lecionou em diversas Universidades alemãs, constituindo uma formação bastante ampla, entre filosofia, história, ciências e matemática. Sua teoria pode ser enquadrada numa perspectiva fascista, no entanto, o filósofo teve uma trajetória de aproximações e distanciamentos junto ao partido nacional-socialista-alemão. Teve como principal obra, “*A decadência do ocidente*” (1924), reconhecida enquanto uma perspectiva pseudocientífica, obteve muitos adeptos, inclusive entre eruditos, no período do entre guerras (BAUMER, 1977, p 280).

<sup>17</sup> Sob o armistício de 11 de novembro de 1918 que de um fim a Primeira Guerra Mundial e com o subsequente Tratado de Versalhes, Bélgica, França e Estados Unidos receberam o direito de ocupar o território alemão ao longo do Reno. Os alemães ressentiram amargamente a ocupação ao denunciarem os abusos cometidos por parte das tropas coloniais francesas, especialmente dos soldados senegaleses contra as mulheres alemãs (Fonte: <https://www.wdl.org/pt/item/4616/> Pesquisa realizada no dia 22/04/2016 às 16h:33min).

A partir desse registro, percebe-se que Spengler partilhava da visão de que a civilização ocidental estaria a perigo de ser extinta e subjugada, por conta de dois fatores. O primeiro, seria a expansão do comunismo e o segundo, o crescimento e a articulação política das “raças de cor”. Para o autor, estas duas experiências somadas ao fracasso da Primeira Guerra Mundial serviram como referência para a derrocada da “raça branca” e consequentemente como o primeiro grande triunfo das “raças de cor”.

Por conta disso, propõem o filósofo alemão que só a união da “raça branca” poderia salvar o planeta de uma grande catástrofe. Neste caso, é notório perceber no corpo discursivo do artigo, elementos estruturantes acerca das teorias raciais vigentes, de modo que alinhando-se com a tese de pureza racial, a reflexão de Spengler caracterizava a perspectiva hegemônica dos debates científicos a época.

O racismo é o argumento central do texto e configura-se enquanto aparelho ideológico manipulador das massas, de modo que demonstra a força desta narrativa no período do entreguerras. Cumpre assinalar, que o pensamento de Spengler encontrou adeptos em diferentes países e segmentos intelectuais, além de alguns importantes espaços institucionais<sup>18</sup>.

Entre os inúmeros pensadores que aderiram ao pensamento de Spengler, encontra-se o antropólogo português Mendes Correia que constituiu-se num importante divulgador da ideias do filósofo alemão. Em discurso proferido na inauguração do ILBAC, no dia 10 de junho de 1934, no Real Gabinete Português de Leitura, Correia comparou a obra spengleriana a perspectiva universalista e futurista do poeta Luís Vaz de Camões no clássico: "*Os Lusíadas*" (CORREIA, 1935 b, p. 27-28).

Não obstante, alguns meses depois na abertura do 1º CNAC, realizado nas últimas semanas da 1º ECP, no final do mês de setembro, Mendes Correia assim como Spengler manifestava sua inquietação a respeito da mestiçagem<sup>19</sup>:

---

<sup>18</sup> Destaca-se neste sentido, a criação do Centro Oswaldo Spengler na Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro, em 1933. Esta organização foi responsável por uma série de atividades de formação, entre elas houve uma conferência realizada pelo psiquiatra Arthur Ramos no dia 25 de novembro de 1933. Na palestra o psiquiatra desenvolveu uma palestra sobre: "*as várias faces do problema da raça negra do Brasil, a exigir especialistas em ramos científicos diversos. É, antes de tudo, um problema 'histórico': a questão do tráfico, as raças negras importadas, a história da escravatura etc*" (RAMOS, 2007, p. 740).

<sup>19</sup> "O termo mestiçagem possui pelo menos três empregos mais importantes. Em um dos usos mais comuns, refere-se a processos de mistura biológica de diferentes fenótipos humanos, frequentemente interpretados como diferentes "raças". Em uma segunda acepção, nomeia uma ideologia que atravessou em maior ou menor grau as narrativas nacionais de diversos países que fizeram parte do mundo colonial ibérico.

“Lembrança viva e teimosa do que ontem foi, desejo do eterno impossível, o mulato é saudade de si mesmo e a ilusão sempre morta do que nunca há de ser. Em fôgo oculto na pele da azeitona, está sentindo o contraste das naturezas na luta do seu sangue, como o desespero do hermafrodita vai gritando ao conflito dos dois sexos. O mestiço é assim um ser imprevisto no plano do mundo (...) Nesta confluência de sangue, as duas raças interpenetram-se, sem se confundir, engeitando-se e repelindo-se uma à outra com permanente hostilidade” (CORREIA, 1934a, p. 331-332).

Poucos dias depois do encerramento da 1º ECP, no Brasil, mais precisamente na cidade do Recife, em novembro de 1934, dava-se início ao 1º CAB. Evento que em certa medida problematizava o conceito de raça e conseqüentemente buscava uma valorização do negro e do mestiço na sociedade brasileira. Gilberto Freyre, idealizador e organizador do evento, em artigo publicado no JDP exatamente uma semana antes da publicação do texto de Oswald Spengler no referido periódico, expõem os principais objetivos do encontro:

“O AFRO-BRASILEIRO”

“O Afro-Brasileiro ou muito me engano ou não será bem um congresso, mas uma espécie do que os americanos chamam ‘*round-table*’. Nenhuma oratória, nem exploração demagógica ou sentimental. Apenas um grupo de estudiosos de assumptos afro-brasileiros reunidos para discutir, mas discutir em voz de conversa, e com a maior calma, a maior objetividade desse mundo, aqueles problemas um tanto esquecidos pelo aryanismo oficial. O curioso é que esses estudiosos são cientistas, artistas e eruditos de renome e são também estudantes de medicina e de direito, alunos do gynásio, babalorixás, cozinheiras, operários, trabalhadores negros de engenho. De toda essa gente há trabalhos que vão ser lidos nas reuniões do Afro-Brasileiro e publicados depois nos seus Annaes. (...) Os fins do Congresso Afro-Brasileiro são bem claros. Elle visa organizar um material riquíssimo de estudo, a que não se tem prestado a atenção merecida. (...). O Afro-Brasileiro que hoje se reúne, às 15 horas, com toda a simplicidade, numa sala do Santa Izabel talvez venha a ser o início de um movimento considerável de cultura e de acção social. A primeira tentativa séria de clarificação do ambiente brasileiro no sentido de se separar o preto do escravo (como já queria Nabuco, que neste mesmo Santa Izabel fez a campanha da abolição) e de se reconhecer no negro, assim rehabilitado, uma raça capaz e com contribuições já notáveis para o desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo que cheia de possibilidades e aptidões magníficas. Por muito tempo nos dominou, um aryanismo ridículo, ligado a preconceitos de classe e de exploração econômica. A medida que as próprias elites sociaes, artísticas e acadêmicas foram se enriquecendo do sangue negro-mulato (...) aquelle aryanismo pretencioso foi aumentando de ridículo. O Afro-Brasileiro representa reacção necessária. O sangue negro no Brasil não deve ser vergonha para ninguém. Nem o sangue negro nem a influência africana, que alcança a todo brasileiro sincero o authenticico como uma enorme ‘mancha mongólica’ que se tivesse alastrado por toda alma nacional”<sup>20</sup>.

---

Dissociada da ideia de raça em alguns discursos, em especial naqueles de matriz antropológica, a noção de mestiçagem pode ser empregada ainda para descrever práticas de sincretismo, fusão, bricolagem e hibridização cultural, referindo-se à combinação de costumes, valores, princípios, hábitos e práticas culturais de diferentes grupos étnicos. Esse processo seria acelerado e acentuado na modernidade em virtude do incremento da desterritorialização, mobilidade e migração de grupos humanos” (DAFLON, 2014, p. 309).

<sup>20</sup> Jornal Diário de Pernambuco, 11 de novembro de 1934, p. 03.

Valendo-se dos registros anteriores de Mendes Correia e de Oswald Spengler, observa-se que Gilberto Freyre articulava seu posicionamento na contramão do pensamento científico da época, de condenação da mestiçagem e exaltação da raça ariana enquanto modelo civilizacional. Através da articulação do 1º CAB, Freyre concebia o encontro enquanto um “divisor de águas” nas pesquisas brasileiras, ao mesmo tempo em que positivava a presença negra e mestiça enquanto projeto de nacionalidade.

Neste sentido, a pluralidade de narrativas científicas em curso impõe que não se perca de vista o debate hermenêutico articulado conforme o recorte temporal proposto nesta pesquisa, ou seja, no espaço de 1934 a 1937<sup>21</sup>. Neste caso, cumpre assinalar que as pesquisas relacionadas as relações “lusobrasileiras” conferem uma certa hegemonia intelectual ao autor Gilberto Freyre, sobretudo, a partir da década de 1950, quando o regime salazarista se utilizou do “*lusotropicalismo*”<sup>22</sup> enquanto propaganda e discurso oficial da sua política externa<sup>23</sup>. Neste caso, torna-se recorrente as abordagens historiográficas que interpelam a obra gilbertiana da década de 1930<sup>24</sup>, enquanto

---

<sup>21</sup> A perspectiva hermenêutica articulada nesta tese tem inspiração na concepção de “*tempo histórico*” definida por Reinhart Koselleck. Para o historiador, o tempo histórico é constituído na relação tensa entre passado e futuro, a forma como dado campo de experiência assimila hermeneuticamente o “passado” em tensão a um dado futuro almejado (seu horizonte de expectativa). Tanto a experiência quanto a expectativa são categorias capazes de entrecruzar o passado e o futuro, ou seja, o espaço de experiência seria o passado atual, aquele no qual acontecimentos foram incorporados e podem ser lembrados. A expectativa, por sua vez, conota uma perspectiva voltada para o futuro e, assim como a experiência, a expectativa é tudo aquilo que num determinado presente volta-se para o devir histórico, todas as esperanças e idealizações fazem parte do horizonte de expectativas. Nesse caso, romper o horizonte de expectativa cria, pois, uma experiência nova. Neste caso, é a tensão entre experiência e expectativa que, de uma forma sempre diferente, suscitando novas soluções faz surgir o “*tempo histórico*”. Portanto, não se pode conceber uma relação estática entre espaço de experiência e horizonte de expectativa (KOSELLECK, 2006, p. 305-327). Vale dizer, ainda, que, muito embora esta tese tenha inspiração em postulado da história conceitual e do contextualismo linguístico, não enquadrámos a pesquisa estritamente dentro destas referências. Quer-se aqui deixar claro que, nesta pesquisa, os discursos raciais e nacionais traduzem a forma como, nos anos 1930, foi articulada a tensão entre o campo de experiência e o horizonte de expectativa. São eles, também, e por decorrência forçada, as balizas do jogo de escalas exercitado durante esta investigação.

<sup>22</sup> “Este conceito foi ‘inventado’ com base em pressupostos históricos e numa imagem essencialista da personalidade do povo português, além de ter servido a interesses político-ideológicos conjunturais durante o Estado Novo, ajudou a perpetuar uma imagem mítica da identidade cultural portuguesa, concedendo-lhe a autoridade ‘científica’ de que até aí não dispunha. A influência do lusotropicalismo ter-se-á alargado, progressivamente, do campo cultural para o campo político, e deste para o das mentalidades” (CASTELO, 2011, p. 14).

<sup>23</sup> Sobre a utilização do “lusotropicalismo” enquanto instrumento ideológico e de propaganda colonial pelo Estado Novo português, a partir da década de 1950, destacam-se as incontornáveis pesquisas de: (CASTELO, 2011; THOMAZ, 2013).

<sup>24</sup> Neste ponto, Jessé Souza salienta a enorme dificuldade de compreensão sobre a obra de Gilberto Freyre, tendo em vista o contexto temporal e a extraordinária disparidade dela resultante. Neste caso, considera o autor que é preciso distinguir o enfoque interpretativo, ou seja, uma coisa é a perspectiva hermenêutica dos mais importantes trabalhos desenvolvidos por Freyre na década de 1930, a partir da publicação de “*Casa Grande e Senzala*” e, uma outra coisa, é a produção acadêmica “de supostas características de uma nação em plena segunda metade do século XX, como no caso dos textos que tratam da luso-tropicologia” (2000, p. 71).

fundamento ideológico do racismo cordial no Brasil e como subsídio para o colonialismo em Portugal.

Para tanto, na década de 1930 enquanto Freyre dava seus primeiros passos na elaboração de sua obra, ao mesmo tempo e numa perspectiva oposta, Mendes Correia afinava contatos com intelectuais brasileiros (em especial com Oliveira Viana, Renato Kehl, Leonídio Ribeiro e Afrânio Peixoto) e desenvolvia uma categoria de análise tendo por base a alteridade<sup>25</sup> luso-brasileira de: “*etnogenia brasílica*”<sup>26</sup> (CORREIA, 1935a, p.5-22).

No que diz respeito a revisão historiográfica acerca do objeto desta tese, cumpre assinalar que não foram encontradas pesquisas relacionadas ao ILBAC enquanto uma perspectiva específica de análise. Geralmente o instituto é mencionado através das solenidades e das datas de fundação no Brasil e Portugal<sup>27</sup>, ou num contexto mais amplo das relações diplomáticas estabelecidas entre os dois países na década 1930<sup>28</sup>. Por outro lado, do ponto de vista relacionado a 1ª ECP, três pesquisas constituíram-se em referências fundamentais para o trabalho.

Neste caso, insere-se a produção “*Ecos do Atlântico Sul*” de Omar Ribeiro Thomaz (2002). A partir de uma perspectiva antropológica, o autor analisou os efeitos da política colonialista a partir da estruturação do terceiro império português, entre o final do século XIX e o ano de 1974. Thomaz, ao focar as primeiras décadas do salazarismo, valeu-se de um minucioso estudo que perpassou a estruturação do Ato Colonial de 1930,

---

<sup>25</sup> Tomaz Tadeu da Silva define alteridade enquanto “*a condição daquilo que é diferente de mim; a condição de ser outro*” (2000, p. 16).

<sup>26</sup> Alguns aspectos relacionados as relações entre Portugal e Brasil a partir da obra de Mendes Correia encontra-se em: (MATOS, 2013).

<sup>27</sup> No que concerne ao processo de fundação do ILBAC, houve dois atos solenes. O primeiro no dia 10 de junho de 1934, no Rio de Janeiro e o segundo, no dia 18 de maio de 1935, em Lisboa. Contudo, no que se refere à data de encerramento das atividades, não existem informações precisas. Considerada esta limitação, no Arquivo Histórico-Diplomático de Portugal, encontra-se uma correspondência do Consulado de Portugal em São Paulo do dia 09 de abril de 1945, assinada pelo Vice Cônsul, Álvaro Brandão e endereçada ao Senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros Portugêses. Nesta, o Vice Cônsul anexa um recorte do Jornal Estado de São Paulo com o título: “*Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura*”, em que um grupo de políticos, intelectuais brasileiros e o embaixador Português no Brasil reuniram-se no Palácio do Itamaraty, “*a fim de procederem a conversações preliminares para a reorganização do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura*” (Arquivo Histórico Diplomático Português/Ministério dos Negócios Estrangeiros/Repartição dos Negócios Políticos. Processo: 38 – Assunto: Relações culturais com o Brasil – 2º Piso – Armário: 48 – Maço: 233). Neste sentido, com novas demandas e objetivos, foi criado no dia 11 de junho de 1952, no Teatro Nacional D. Maria II, um novo *Instituto Luso-Brasileiro*, retirando-se a nomenclatura: “*Alta Cultura*” (DA MATTA, 1955, p. 157-167).

<sup>28</sup> (RAMOS, 2001, p. 382-383; SERPA, 2000 p. 119, 126; GUIMARÃES, 2009, p. 135; SIMÕES, 1960, p. 48; REGO, 1966, p. 114).

a institucionalização do Estado Novo em 1933, além de inúmeras articulações culturais que visavam propagandear o grande império colonial lusitano, em especial a 1ª ECP de 1934 e a Exposição do Mundo Português de 1940.

Na mesma direção considera-se o livro: “*As Côres do Império*”. Neste estudo organizado em três partes, a antropóloga Patrícia Ferraz de Matos (2012) procurou analisar a problemática das representações raciais e da discriminação racial nas primeiras décadas do Estado Novo português. Na primeira parte do trabalho, a autora refletiu sobre a constituição histórica do conceito de raça. Num segundo momento, abordou as representações produzidas sobre as populações coloniais, tendo em vista a categorização de discursos, imagens e saberes. Na última parte, a antropóloga se deteve no papel desempenhado pelas grandes exposições coloniais na constituição de um imaginário imperial e colonial.

Além destas duas pesquisas, destaca-se um capítulo de livro que leva o título de: “*‘Little black Rose’ at the 1934 Exposição Colonial Portuguesa*”. Neste estudo, Isabel Morais (2010) vale-se da metáfora de gênero, enquanto estratégia simbólica da erotização de mulheres africanas, tendo em vista a mobilização subjetiva no universo masculino da política imperial. Para autora, apesar dos principais antropólogos ligados ao Estado Novo colocarem-se contra as relações inter-raciais, a exposição colonial ao evidenciar mulheres seminuas e erotizadas, tornava a miscigenação uma ideologia central do regime e da política colonial. Ao partilhar deste entendimento, Isabel Morais considera que a perspectiva “lusotropical” já era apresentada como uma característica do colonialismo português na década de 1930, antes mesmo de receber a conotação teórica de Gilberto Freyre e de ser instrumentalizada de forma oficial pelo regime do Estado Novo.

O debate proposto por estes autores, assim como o arcabouço teórico e empírico reunido nestas produções, consolida estes trabalhos enquanto referências indispensáveis para o estudo da 1ª ECP. Contudo, o mesmo não se pode afirmar das pesquisas relacionadas ao congresso realizado em novembro de 1934 na cidade do Recife. Considerada essa limitação, deve-se ter presente que o 1º CAB constituiu-se enquanto um objeto pouco pesquisado pela historiografia. Diante disso, algumas considerações se fazem importantes para caracterizar essa suposta “indiferença” investigativa.

O aspecto central a ser analisado deve-se ao fato de que as poucas pesquisas relacionadas ao congresso negaram essa experiência enquanto um espaço importante de

discussão, ao mesmo tempo em que imputaram ao 1º CAB uma extensão das ideias freyrianas assumidas em “*Casa Grande & Senzala*”<sup>29</sup> e conseqüentemente ao “*mito da democracia racial*”<sup>30</sup>. Diante deste contexto, a maioria dos estudos relacionados ao 1º CAB estão a reboque das interpretações estabelecidas pelo intelectuais vinculados ao Movimento Negro e ao projeto UNESCO<sup>31</sup> nas décadas de 1940 e 1950, assim como, de uma nova fase estabelecida pelos movimentos de luta antirracista no Brasil, no final da década de 1970<sup>32</sup>.

Esta perspectiva analítica foi definida a partir de pesquisadores vinculados ao Teatro Experimental Negro (TEN) fundado no Rio de Janeiro, em 1944, pelo professor e militante Abdias do Nascimento. A entidade tinha por objetivo produzir peças teatrais e proporcionar uma melhor formação intelectual ao negro brasileiro. Além disso, o TEN patrocinou as Convenções Nacionais do Negro: em São Paulo (1944) no Rio (1947); a Conferência Nacional do Negro (Rio, 1949) e o 1º Congresso do Negro Brasileiro (Rio, 1950). Conforme Abdias do Nascimento:

“Enquanto nosso movimento atuava no centro-sul do país, um grupo de estudiosos realizava no Recife (1934) e na Bahia (1937), respectivamente, o I e II Congresso Afro-Brasileiro. Foram congressos acadêmicos. Descreveram o negro sob aspectos históricos, antropológicos, folclóricos, etnográficos, usaram o negro como matéria-prima de pesquisas. Mas não se confundiram com as reivindicações práticas e objetivas da gente negra. O negro, como mais tarde diria um membro da corrente<sup>33</sup>, entrou naqueles certames como

<sup>29</sup> Por tratar-se de um clássico indispensável da história e da realidade brasileira, o livro constitui-se de inúmeras interpretações. Neste caso, destacamos algumas: (ARAÚJO, 1994; BURKE, PALLARES-BURKE, 2005; 2009; CARDOSO, 2006; SOUZA, 2000; VIANNA, 2001).

<sup>30</sup> Dentre as pesquisas que entendem o 1º CAB como um desdobramento ideológico de “*Casa Grande & Senzala*” e conseqüentemente do “*mito da democracia racial*” estão: (BENTO, 2002; GOMES, 2009; SIQUEIRA, 2005).

<sup>31</sup> Para Marcos Chor Maio o Projeto Unesco é recorrentemente concebido como momento de inflexão nos estudos sobre as relações raciais no Brasil, ao deslocar o paradigma cultural, representado pela obra de Gilberto Freyre dos anos 30, especialmente “*Casa Grande & Senzala*”, e substituído pelo paradigma sociológico, da estrutura social, que emerge da obra de Florestan Fernandes. Além deste último, destacam-se enquanto intelectuais revisionistas deste período: Oracy Nogueira, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Thalez de Azevedo, Guerreiro Ramos, Luiz de Aguiar Costa Pinto, Roger Bastide, entre outros (2000, p. 124).

<sup>32</sup> Essa premissa é radicalizada, no contexto de redemocratização do Brasil quando da fundação em 1978, na capital paulista do Movimento Negro Unificado (MNU) que teria uma forte importância na luta antirracista no Brasil contemporâneo. Nesse caso, a constante crítica à obra de Gilberto Freyre e algumas de suas principais reflexões, serão alguns dos eixos norteadores articulados pelos principais ideólogos do movimento. Nas décadas posteriores, esse discurso será assumido de forma geral pelos militantes dos mais diversos matizes na luta contra o racismo no Brasil (GUIMARÃES, 2001, p. 156-157).

<sup>33</sup> Ao que tudo indica o “*membro da corrente*” citado por Nascimento tratava-se do jornalista Edson Carneiro, intelectual que participou do 1º CAB e foi o organizador do 2º Segundo Congresso Afro-Brasileiro (2º CAB), em 1937 na cidade de Salvador. Carneiro a partir da década de 1950 acabou por refutar os dois primeiros congressos como espaços importantes para a afirmação do negro na sociedade brasileira, segundo ele: “*os males dessa fase afro-brasileira talvez se tenham revelado melhor alguns anos mais tarde,*

micróbio sob o olho do microscópio. Tiveram assim prioridade o lado mais vistoso e ornamental da vida negra - os candomblés, a roda de samba, a capoeira – particularmente o enfoque do negro ‘coisificado’, estático, imóvel, e estranho à dinâmica da sociedade brasileira” (1982, p. 35-36)

Além da crítica estabelecida por Abdias, os dois primeiros congressos Afro-Brasileiros também foram alvo de críticas por parte de outros segmentos acadêmicos<sup>34</sup>. Além disso, o que se observa nos debates é que a maior parte das pesquisas menciona o 1º CAB sem um aprofundamento teórico e empírico. Geralmente o congresso é analisado exclusivamente a partir de alguns textos publicados nos dois anais e enquanto um apêndice de questões que envolvem outros eventos e numa perspectiva mais ampla das discussões sobre raça, cultura e identidade nacional na década de 1930.

No que diz respeito às pesquisas de historiadores brasileiros, destaca-se um artigo da Revista de História da Biblioteca Nacional, “*O negro deu régua e compasso*”, de autoria de Gustavo Henrique Tuna (2005). Nesse texto, o historiador apresenta uma ideia geral do que foi o 1º CAB, discutindo o contexto racial da época e algumas tendências teóricas expostas pelos congressistas. Duas biografias sobre Gilberto Freyre apresentam capítulos específicos sobre o 1º CAB. A primeira e mais recente, “*Gilberto Freyre uma biografia cultural*”, dos autores Enrique Rodríguez Larreta e Guilherme Giucci (2007) traça um panorama geral do que foi o evento, articulando os textos publicados nos anais e a documentação jornalística. A segunda, *Gilberto Freyre uma biografia intelectual* de Vamireh Chacon (1993), sistematiza uma análise do 1º CAB, estabelecendo como objetivo principal as perseguições políticas e policiais sofrida por alguns congressistas, no período posterior ao evento. Para isso Chacon tomou como referência o texto do brasilianista norte-americano, Robert M. Levine.

Publicado em 1973 para a Revista “*Race & Class*”, o artigo: “*The first afro-brasilian congress: oportunities for the study of race in the Brazilian Northeast*” é a

---

em 1950, quando da realização do Congresso do Negro Brasileiro”. Diante disso, concluiu o jornalista que “para recomençar no bom caminho, urge que abandonemos, conscientemente, as premissas de que partiram os estudos anteriores e reajustemos a nossa posição – ou seja, que nos beneficiemos com as lições da experiência. A fase afro-brasileira, que na prática se estende pelo menos até 1950, está definitivamente encerrada” (CARNEIRO, 1953, p. 116).

<sup>34</sup> O sociólogo e antropólogo francês Roger Bastide, em 1950 no Rio de Janeiro, durante a realização do 1º Congresso do Negro Brasileiro afirmou em seu discurso: “acho que o Congresso do Negro Brasileiro não deve ser unicamente um congresso de estudos afro-brasileiros, mas deve distinguir-se pelo seu trabalho de ação. É um congresso onde se discutem idéias por um Brasil maior. Estou feliz, porque neste congresso ninguém dorme. Todos discutem, dando bom exemplo de democracia social e política” (BASTIDE, apud NASCIMENTO, 1982, p. 16).

primeira referência bibliográfica acerca do 1º CAB. O texto de Robert M. Levine discute o congresso a partir de uma perspectiva histórica, ao analisar os desdobramentos da abolição da escravidão no Estado de Pernambuco. Ao mesmo tempo, apresenta uma importante análise do evento, ao contextualizar as implicações políticas do encontro na década de 1930. Contudo, algumas considerações apontadas pelo brasileiro se apresentaram equivocadas, como no caso da forte rejeição ao 1º CAB estabelecida por segmentos da sociedade recifense. Além disso, Levine afirmou que a maioria dos jornais do Estado de Pernambuco ignorou a divulgação do congresso. Em pesquisa realizada na Fundação Joaquim Nabuco, junto ao setor de microfilmagem, constatou-se que os três periódicos em circulação na época, o Jornal Pequeno, o Jornal do Recife e, sobretudo, o Jornal Diário de Pernambuco, deram ampla cobertura ao 1º CAB.

Donald Pierson (1971) também abordou 1º CAB em seu livro: “*Branços e Pretos na Bahia: Um Estudo de contato racial*”, no capítulo intitulado: “*Ideologia racial e Atitudes raciais*”. Neste estudo, o sociólogo norte-americano que participou do 2º CAB em 1937, citou de forma resumida alguns poucos artigos e o prefácio de Gilberto Freyre que encontra-se publicado no segundo volume dos anais. Além disso, argumentou que o evento pouco contribuiu para alterar a direção dos estudos raciais no Brasil.

Duas dissertações de mestrado tiveram como objeto de pesquisa o 1º CAB. A primeira - “*Coisas do Negro*” Além do pitoresco: *The first afro-brazilian congress of 1934* - defendida em 2004, no Programa Pós-Graduação em Estudos Latino-Americanos e Ibéricos, na Universidade da Califórnia na cidade de Santa Bárbara. Neste estudo, Cari Sloan Williams apresenta uma importante contribuição sobre o congresso, sobretudo, pela quantidade de documentação jornalística citada no trabalho, ou seja, além dos periódicos de Pernambuco, a autora levantou artigos e reportagens publicadas na então capital federal como: o Jornal Diário Carioca; Jornal Diário da Manhã e o Jornal do Brasil. Nesse caso, o principal mérito da pesquisa foi perceber o impacto que o 1º CAB obteve na imprensa do centro do país. Contudo, por se tratar de uma dissertação breve, ou seja, com 53 páginas, algumas análises sobre os textos publicados na imprensa e nos dois anais do congresso, ficaram num plano bastante superficial. Além disso, a autora entendeu a formatação do 2º CAB, organizado em 1937 na Bahia, como uma mera sequência do 1º CAB. Nesses termos, o estudo não abordou a complexidade e as disputas de poder, em

torno da memória afro-brasileira que envolveram os congressos<sup>35</sup> e as duas escolas, assim como, os seus principais representantes, isto é, a escola pernambucana de Gilberto Freyre e a escola baiana de Arthur Ramos e Edson Carneiro.

Outra dissertação foi desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro sob o título: “*Um monumento ao negro: memórias apresentadas ao Primeiro Congresso Afro-Brasileiro do Recife, 1934*”. Defendido em 2007, o trabalho de Clilton Silva da Paz estabelece como ponto de referência os anais publicados para o Congresso e o *Jornal Pequeno*, um dos três periódicos que circulavam no Recife, em 1934. Neste estudo, o historiador analisou o 1º CAB a partir da rede de relações intelectuais constituídas por Gilberto Freyre e Ulysses Pernambuco. Por conta disso, procurou traçar uma biografia dos participantes ao destacar elementos como: família, publicações, formação e atuação profissional, etc. Em linhas gerais, o texto é estruturado de forma bastante fragmentada, sem uma formatação teórica e metodológica definida, além de algumas fontes não serem devidamente citadas e carecerem de comprovação científica.

Por último, destacam-se dois trabalhos da historiadora norte-americana Anadelia Romo. O primeiro trata-se de um artigo: “*Rethinking race and culture in Brazil’s first afro-brazilian congress of 1934*”, publicado na “*Revista de Estudos Latino Americanos da Universidade de Cambridge*”, em 2007. Este estudo representa o trabalho mais consistente sobre o 1º CAB. Romo estabelece sua reflexão a partir de três autores e seus respectivos textos publicados para os anais, isto é, Gilberto Freyre, Arthur Ramos e Edison Carneiro. Para a autora, esses intelectuais enfatizaram o conceito de cultura como uma tentativa de rompimento com o determinismo racial. No entanto, essa nova categoria analítica acabou por reproduzir as mesmas hierarquias que os estudiosos tentavam escapar, ou seja, o papel atribuído à cultura africana ficou vinculado aos mesmos preceitos de superioridade e inferioridade.

---

<sup>35</sup> Ao total foram realizados cinco Congressos Afro-Brasileiros. O primeiro em 1934 no Recife tendo Gilberto Freyre como organizador. O segundo ocorreu em Salvador, no ano de 1937, sob a direção de Edson Carneiro. O terceiro foi em 1982, no Recife, tendo como sede a Fundação Joaquim Nabuco, a coordenação de Roberto Motta e Gilberto Freyre como Presidente de Honra. O quarto Congresso ocorreu novamente no Recife, na Fundação Joaquim Nabuco, em 1994, tendo como coordenadores João Hélio Mendonça e Fátima Quintas. O quinto e último, foi realizado em 1997, na cidade de Salvador e foi organizado pelo Centro de Estudos Afro-Orientais.

O outro estudo publicado pela historiadora norte-americana trata-se do livro: *“Brazil’s living museum: race, reform, and tradition in Bahia”*. Esta obra é uma versão revisada, modificada e ampliada da tese (2004) da autora: *“Race and reform in Bahia: primary education, 1888-1964”*. Nesta pesquisa, a historiadora tem a Bahia como objeto de seu estudo, sendo assim, procurou compreender a forma como se deu o processo de afirmação identitária de matriz africana no Estado, estabelecendo como espaço temporal, do pós-abolição ao pós Segunda Guerra Mundial. O interesse aqui, encontra-se no segundo capítulo, onde Romo contextualizou o 1º CAB do Recife em 1934, tentando estabelecer uma relação com o 2º CAB em Salvador, no ano de 1937.

Se por um lado, Anadélia caracteriza de forma consistente os debates e as relações de poder em torno da memória afro-brasileira e o seu pionerismo no Brasil, que envolveu os principais intelectuais das duas escolas (Recife com Gilberto Freyre e os da Bahia com Arthur Ramos e Edson Carneiro), por outro, as críticas feitas por Romo ao 1º CAB, parecem muito centradas em análises especificamente baseadas nos dois anais publicados, assim como, pela incorporação das críticas formuladas pelos pesquisadores baianos ao congresso do Recife. Diante disso, alguns elementos de bastidores como a participação popular e a interação de um efetivo “universo cultural afro-brasileiro” no 1º CAB, não são abordados pela historiadora.

Cabe destacar que os brasilianistas citados nesta revisão salientam a “negligência” da historiografia brasileira com o 1º CAB e com o 2º CAB. Além disso, depois da revisão bibliográfica brasileira e estrangeira, assim como, de uma criteriosa coleta de fontes sobre o 1º CAB, percebeu-se a necessidade de uma análise mais apurada deste encontro, uma vez que as poucas produções existentes não problematizam adequadamente o impacto do congresso sobre a formação indetitária nacional e o seus desdobramentos em escala transnacional na década de 1930.

Para a formatação da tese, sistematizou-se um amplo corpus documental reunido a partir de algumas instituições e arquivos percorridos no Brasil e em Portugal, com especial destaque para Fundação Gilberto Freyre, a Fundação Joaquim Nabuco, o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o Arquivo Histórico Diplomático Português. Além das Bibliotecas: Nacional de Portugal; do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa; da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Coimbra e Porto. Diante disso, foram levantadas bibliografias, correspondências oficiais, catálogos, fotos,

revistas, cartões postais, encartes, álbuns, artigos e reportagens jornalísticas. Priorizou-se por citar as fontes na redação de cada capítulo mantendo a versão ortográfica original de cada documento citado.

Dito isto, vale deixar claro que esta pesquisa problematiza a seguintes questões: Quais as aproximações e os distanciamentos das narrativas raciais e nacionais mobilizadas em escala luso-brasileira no contexto de 1934 e 1937? Qual compreensão sobre a “África” subjaz às mobilizações da 1ª ECP e do 1º CAB? Através da articulação do ILBAC, quais são as redes intelectuais e os projetos em curso? Tendo em vista a perspectiva relacional das narrativas raciais e nacionais mobilizadas na 1ª ECP e no 1º CAB, que posicionamento político-ideológico foi assumido pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e pelo intelectual Nuno Simões? Pode-se afirmar que o 1º CAB é uma reprodução das ideias de Gilberto Freyre e consequentemente o “*primogênito de Casa Grande & Senzala*” como supõem alguns intérpretes? Quais os interesses pessoais de Gilberto Freyre na organização do 1º CAB e a escala luso-brasileira deste projeto? Que pressupostos históricos foram mobilizados pela escola baiana e pernambucana acerca da primazia dos estudos afro-brasileiros?

Alinhando-se com essas problemáticas a pesquisa tem como objetivo geral analisar a mobilização das narrativas raciais e nacionais no âmbito da estruturação dos projetos nacionalistas em Portugal e no Brasil, no espaço temporal de 1934 a 1937. Este se desdobra em cinco objetivos específicos: interpretar os o ILBAC a 1º ECP e o 1º CAB como espaços de debates raciais e identitários articulados em escala nacional e “luso-brasileira”; analisar a estruturação do ILBAC, a partir das aproximações intelectuais, das redes discursivas e dos projetos em curso; caracterizar as coincidências e o caráter relacional do debate racial e nacional em cada uma das escalas nacionais acerca dos conceitos de raça, cultura e miscigenação; compreender a partir de quais critérios a história da África e dos africanos foi mobilizada no 1º CAB e na 1ª ECP, ou seja, que aproximações e distanciamentos são perceptíveis nas ideias propagadas pelos intelectuais nos respectivos eventos; verificar qual o papel ideológico assumido pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro e pelo intelectual Nuno Simões; analisar o debate proposto no 1º CAB em relação a perspectiva ideológica defendida por Gilberto Freyre em “*Casa Grande & Senzala*”; compreender o impacto nacional da disputa entre as escolas baiana e pernambucana no 1º CAB; analisar articulações e os objetivos pessoais de Gilberto Freyre na organização do 1º CAB.

Para alcançar tais objetivos, a tese foi estruturada em três capítulos. No primeiro, buscamos analisar a formatação do ILBAC, tendo em vista a mobilização da história como mecanismo de demarcação identitária, assim como, de narrativa comum às culturas de Portugal e Brasil. A partir do envolvimento político de intelectuais que participaram do ILBAC, procuramos perceber os contatos e projetos em curso, que não se limitavam às escalas e fronteiras de referência nacional, mas, antes, em redes complexas de perspectivas transnacionais e em torno da alteridade luso-brasileira. Dentro desta operação de natureza metodológica, apresenta-se como principais referências analíticas as experiências e reflexões de Mendes Correia na inauguração do instituto no Brasil, em 1934, assim como, a participação de Gilberto Freyre em Portugal, no ano de 1937.

No segundo, voltamos a atenção para Portugal na escala interpretativa, ao tomarmos como objeto as narrativas estruturadoras da nação e do império português na 1ª ECP, realizada entre 15 de junho e 30 de setembro, na cidade do Porto. Tratadas nesses termos, na primeira parte do capítulo estabelecemos uma revisão do “terceiro império colonial” em Portugal, ao colocarmos uma especial atenção na promulgação do Ato Colonial, em 1930, assim como para o advento Estado Novo, em 1933. Posteriormente apresentamos uma contextualização geral do que foi a 1ª ECP, tendo em vista a perspectiva pedagógica do encontro, o papel preponderante que tiveram os meios de comunicação na cobertura do evento, assim como, a escala brasileira da exposição, ao tomarmos como referência analítica um Boletim especial organizado pela Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro. Procuramos ainda, demonstrar o papel preponderante que teve a fotografia na representação exótica das populações coloniais, uma vez que este recurso também serviu como uma estratégia central na erotização de mulheres africanas, sobretudo, de “Rosinha”, uma mulher guineense que representou a principal atração da exposição. Por fim, analisamos o debate racial estabelecido no 1º CNAC, organizado pelo antropólogo Mendes Correia, entre os dias 22 e 26 de setembro.

No terceiro, deslocamos para o Brasil a escala interpretativa, ao tomarmos como objeto analítico as narrativas construtoras da nação no 1º CAB organizado por Gilberto Freyre na cidade do Recife, entre os dias 11 e 16 de novembro de 1934. Na primeira parte do capítulo, apresentamos uma problematização acerca deste encontro pioneiro, uma vez que a produção historiográfica sobre o 1º CAB entende este espaço, enquanto um mero reproduzidor das concepções ideológicas defendidas por Gilberto Freyre. Posteriormente, tomamos como questão central os bastidores do encontro, ou seja, os debates e alguns

encaminhamentos extremamente importantes que foram publicados nas reportagens jornalísticas dos periódicos pernambucanos e que indicam, em certa medida, o interesse pessoal de Gilberto Freyre na organização do 1º CAB. Além disso, analisamos a crítica que Freyre e o congresso receberam de alguns intelectuais e da imprensa no centro do país. Destaca-se ainda, a escala regional e nacional do congresso, tendo vista o debate travado entre representantes das escolas pernambucana e baiana na afirmação dos estudos afro-brasileiros. Na sequência, nos detivemos aos artigos publicados nos jornais e nos dois anais do congresso. Neste âmbito, procuramos analisar as narrativas mobilizadas pelos intelectuais na afirmação da identidade nacional, tendo em vista a pluralidade de teorias em curso e acerca dos discursos raciais do negro e do mestiço brasileiro. Por fim, circunscrevemos as implicações do 1º CAB em Portugal, ao tomarmos como objeto dois artigos publicados na imprensa lusitana pelo jornalista Nuno Simões